



M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI - EPP
Rua João Pessoa, nº 190, Sala 2, Centro, Triunfo - RS
CNPJ: 15.317.176/0001-49
Fone/Fax: (51) 3654-3428
E-mail: MF_licita@hotmail.com

ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA/RS.

TOMADA DE PERÇOS 03/2019

OBJETO: RECURSO CONTRA JULGAMENTO

M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.317.176/0001-49, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 190, Bairro Centro, na cidade de Triunfo/RS, CEP. 95840-000, neste ato representada por sua Administradora, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES**, conforme as razões em anexo.

Requer seja recebido o presente recurso no seu efeito suspensivo, e que haja o devido **juízo de retratação por parte da Comissão**.

Não havendo retratação da decisão por parte da Comissão, **requer seja o recurso remetido à Autoridade Superior**, para o devido julgamento, nos termos da lei.

Nestes termos, pede deferimento.

Triunfo, 26 de junho de 2019.



M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI - EPP
Rua João Pessoa, nº 190, Sala 2, Centro, Triunfo – RS
CNPJ: 15.317.176/0001-49
Fone/Fax: (51) 3654-3428
E-mail: MF_licita@hotmail.com

RAZÕES DE RECURSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

Recorrente: **M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI EPP**

ILUSTRE COMISSÃO,

DIGNÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR.

I. DA DECISÃO RECORRIDA:

Em sessão realizada no dia 19/06/2019, a Comissão de Licitações declarou vencedora do certame, a licitante: **TAVARES E SANTOS LTDA**, no valor total de **R\$ 16.582,71**, para realizar a prestação de serviço de limpeza pública – varrição, das ruas e passeios da Praça Central do Município de Candelária/RS.

Inconformada com a decisão, na própria sessão a ora recorrente manifestou suas insurgências e a intenção de recurso, tendo o Sr. Pregoeiro deferido a abertura do prazo recursal.

II. DA TEMPESTIVIDADE:

Nos termos da Ata de abertura e julgamento, datada em 19/06/2019, o Presidente concedeu o prazo de cinco dias úteis, conforme art. 109, da Lei 8.666/93.

O prazo encerra-se na data de 27 de junho de 2019. Tempestivo, portanto, o presente recurso.

III. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO: DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA TAVARES E SANTOS LTDA

A) DA NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A Licitante vencedora deixou de apresentar sua proposta na forma como exigido no edital.

Claramente o edital assim determinava:

4. DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.1. Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor global mensal, onde deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução dos serviços.

4.1.2. Planilha de quantitativos e custos unitários, conforme Planilha de Composição de Custos (ANEXO V);

4.1.3. Indicação de preposto para representá-la na execução do presente contrato.

Veja-se que o instrumento convocatório exigia a apresentação de três itens específicos no envelope nº 2:

- 1) Proposta financeira (...) mencionando o valor global mensal;
- 2) Planilha de quantitativos e custos unitários, conforme Planilha de Composição de Custos (ANEXO V); e
- 3) Indicação de preposto.

Das 3 exigências, a licitante vencedora, apenas apresentou o item 4.1.2 (o que também se verificará, que não observa os termos do edital).

O licitante NÃO apresentou proposta formal, apenas apresentou a planilha, contendo erros.

Não se trata aqui, de mero erro formal, a falta de observância dos termos editalícios é motivo suficiente para desclassificação da licitante vencedora.

A Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, estabelece as normativas que deverão constar no instrumento convocatório e que deverão ser observados pelos licitantes:

Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

(...)

V - as exigências de apresentação e condições de julgamento das propostas;

Não poderia a Comissão de licitações sequer julgar o preço indicado na planilha de custo, uma vez que a NÃO OCORREU APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA LICITANTE, vez que o próprio edital estabelece no item 4.4 que **NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS PROPOSTAS CUJAS CONDIÇÕES ESTEJAM EM DESACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL.**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em julgamento de caso análogo, manteve a desclassificação de licitante, que não observou as exigências editalícias, que adverte nos termos do art. 41 da Lei de Licitações que a Administração está vinculada ao instrumento convocatório, tanto quanto os licitantes:

Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS. **LICITAÇÃO.** AÇÃO ORDINÁRIA. PREGÃO ELETRÔNICO 114/GELIC/2015 2ª EDIÇÃO. AQUISIÇÃO DE SISTEMA MÓVEL DE FORNECIMENTO DE AR RESPIRÁVEL PARA O 1º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIROS. DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA AUTORA. NÃO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS

PREVISTOS NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. MAJORAÇÃO. 1. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, entre os princípios básicos que regem a administração, está o da vinculação ao edital ou convite. O edital, como é sabido, é a lei interna da licitação, e as condições nele estabelecidas devem permanecer inalteradas até seu final. A regra dirige-se à Administração, nos termos do artigo 41 da Lei de Licitações, segundo o qual lhe é vedado descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado. Direciona-se também aos licitantes, conforme art. 48, inc. II da mesma lei, o qual refere que a proposta será desclassificada quando em desconformidade com o edital. (...). APELO DA EMPRESA COMERCIAL CARAMEZ LTDA. DESPROVIDO. APELO DA EMPRESA SOSSUL RESGATE LTDA. PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70077951796, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 28/11/2018)

Dessa forma, ante aos princípios que regem o processo licitatório, em especial, ao da vinculação ao instrumento convocatório, insculpido no art. 3º da Lei 8.666/93, é de ser desclassificada a licitante TAVARES E SANTOS LTDA, sob pena de nulidade do processo licitatório.

B) QUANTITATIVO INFERIOR AO DETERMINADO

A licitante vencedora, apresentou a sua planilha com número inferior ao solicitado na planilha de custos, além de não cotar adicional de insalubridade em 2 postos, vez que apresentou a retirada de pro-labore dos sócios, em total discrepância com o que a lei estabelece.

Segundo previsto na Lei n. 8.666/93, em seu art. 40, § 2º, II, com a redação dada pela Lei n. 8.883/94: "Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante: [...] II — orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários".

Com relação às obras e serviços decorrentes, o legislador enfatizou que somente poderão ser licitados quando "existir orçamento detalhado em planilhas que

expressem a composição de todos os seus custos unitários" (art. 7º, § 2º, II, da Lei n. 8.666/93).

A administração, exige que a prestação dos serviços seja efetuada por 6 funcionários, devendo a empresa vencedora, observar todos os custos relativos, incluindo o pagamento de adicional de insalubridade.

A licitante vencedora, apresentou proposta, indicando a retirada de pro labore.

Importante registrar, que não há impedimento algum, de constar a retirada de pró-labore NOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS das planilhas estimativas como DESPESAS INDIRETAS.

Despesas indiretas são as que se referem aos dispêndios decorrentes da própria estrutura operacional da empresa e que são suportadas independentemente da celebração de um contrato, recebendo, porém, impactação deste. São as despesas com aluguel da sede e filiais das empresas, bem como sua estrutura física (mobiliário, equipamentos); veículos próprios ou alugados; despesas de água, luz, internet, telefone; mão de obra administrativa, pró-labore dos sócios, tributos sobre o faturamento etc. Nas planilhas de composição de custos, as despesas indiretas são identificadas no componente chamado de "BDI" – Bônus e Despesas Indiretas.

É totalmente descabida a aceitação de tal planilha, uma vez que ela não observa qualquer normativa de elaboração de planilhas de custo, ao absurdo de se levantar a hipótese de que a licitante vencedora, sequer tem conhecimento quanto aos requisitos de composição de custos diretos e indiretos em planilhas orçamentárias.

Não é possível a aceitação de tal planilha, uma vez que a indicação de retirada de pró-labore NÃO COMPÕE os custos indiretos, apresentando vícios insanáveis.

Cabe a licitante observar as exigências do instrumento convocatório na elaboração de sua planilha de custo. Assim, inclusive já decidiu o Tribunal de Justiça do



M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI - EPP
Rua João Pessoa, n° 190, Sala 2, Centro, Triunfo - RS
CNPJ: 15.317.176/0001-49
Fone/Fax: (51) 3654-3428
E-mail: MF_licita@hotmail.com

Estado do Rio Grande do Sul, que bem fundamentou a manutenção da desclassificação de licitante, no Acórdão Nº 70075998369:

"(...)

Muito embora num primeiro momento possa parecer que se trate de mero erro material justificável e que a desclassificação da impetrante se mostraria irrazoável, porque calcada em formalismo excessivo, o que não é tolerado por esta Corte, o fato é que o mínimo que a impetrante deveria ter feito antes de apresentar sua proposta era revisar as planilhas, até mesmo demonstrando cuidado e zelo em sua conduta, ao oferecer serviços ao Poder Público.

Ao assim não agir, assumiu o risco de sua desclassificação, a qual acabou se consumando.

Não se nega que se trate o equívoco cometido de um possível erro material. No entanto, decorrente de uma negligência com a qual não se pode, da mesma sorte, compactuar.

Portanto, a denegação da ordem era medida que se impunha."

Ao apresentar planilha em total discordância com o exigido no edital, a licitante assumiu o risco de sua desclassificação, e não pode ser outra, senão essa medida a ser tomada pela Administração, ante novamente, ao amparo do princípio da vinculação ao edital, a qual a Administração está estritamente subjugada.

C – DOS CUSTOS INDIRETOS

Os encargos sociais e tributações são definidos em porcentagem, no entanto, a licitante apenas lança as estimativas, impossibilitando a análise quanto a observância dos limites estabelecidos em lei, vez que tanto a indicação do BDI e das contribuições sociais não atingem minimamente o que a lei determina.

É responsabilidade da empresa licitante, apresentar sua composição de custos de forma clara e em sintonia com o que a legislação define.

O edital estabelece que na planilha de custos, deverão constar todos os itens que compõem o preço final. No entanto, a planilha de custos apresentada pela licitante vencedora não é esclarecedora, inclusive, passível de dúvidas quanto aos valores que a embasaram.

O edital sofreu impugnação, e em seu parecer esclareceu a obrigatoriedade do BDI ser "desmembrado".

O Tribunal de Contas da União é esclarecedor quanto a questão:

Acórdão TCU nº 963/2004 - Plenário "(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. (...)

A planilha apresentada pela licitante prejudica a análise pela Administração, isso porque, os encargos sociais **cujos percentuais** são expressamente exigidos por Lei são aqueles relativos aos encargos previdenciários incidentes na folha de pagamentos, dispostos no Grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme relação abaixo:

1. INSS (artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/91);
2. Sesi/SESC (artigo 30 da Lei nº 8.036/90);
3. SENAI /SENAC (Decreto-Lei nº 2.318/86);
4. INCRA (artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70);
5. Salário Educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF);
6. FGTS (art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal e artigo 15 da Lei nº 8.030/90);

7. SEBRAE (Lei nº 8.029/90)

8. RAT x FAP (artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 6.957/2009).

A licitante vencedora não observa as exigências mínimas dos custos, o que por si só, já a desclassifica.

Dessa forma, ante a apresentação de planilha que não atende as normas aplicáveis, é de ser considerada imprestável ao certame, devendo ser declarada a empresa **TAVAREZ E SANTOS LTDA, DESCLASSIFICADA.**

Registra-se ainda, que todos esses erros esdrúxulos apresentados na planilha da licitante vencedora, que claramente, apresentam valores não condizentes com a realidade dos custos estimados, sendo a intenção da licitante vencer a licitação, a qualquer custo, sem que a competição ocorra de forma equilibrada.

No que se refere à irrisoriedade/inexequibilidade de preços, a Lei nº 8.666/93, assim dispõe:

Art. 40. (...) X- o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 44. (...)

§3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Art. 48. Serão desclassificadas:

[...]

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou b) valor orçado pela administração.*

As Deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU, sinalizam que:

(...) 9.3.3 estabeleça, nos instrumentos convocatórios de licitações, critérios objetivos para a desclassificação de licitantes em razão de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, atendendo ao princípio do julgamento objetivo, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93, sem prejuízo de que, antes de qualquer providência para desclassificação por inexecutabilidade, seja esclarecido junto ao licitante acerca de sua capacidade de cumprimento do objeto no preço ofertado; (Acórdão TCU nº 1.159/2007 – 2ª. Câmara)

Nos termos da norma geral as propostas com valor excessivo devem ser desclassificadas. Mesmo julgamento devem receber as propostas que não apresentem valor suficiente para a satisfação dos custos da execução do objeto licitado.

Os preços propostos pela licitante, fragrantemente ultrapassam uma simples presunção de inviabilidade de cumprir o objeto da contratação.

É temerária a contratação da licitante vencedora, quando estabelece valores irrisórios com o único intuito de sagrar-se vencedora do certame.

Contudo, cabe ao pregoeiro avaliar sumariamente as propostas e ao observar uma oferta com valores irrisórios, totalmente desproporcionais em relação ao valor estimado da contratação, cabe uma atenção especial quanto à inexecutabilidade, para que não haja prejuízos à competitividade e à lisura do certame.

Por essa razão apoia-se na doutrina de Marçal Justen Filho que assim discorre:

"Se os dados disponíveis no âmbito da Administração induzirem à inexecutabilidade, o pregoeiro deverá solicitar esclarecimentos complementares ao licitante. Deverá indagar os custos diretos e indiretos, inclusive solicitando o imediato encaminhamento de planilhas (o que poderá ser obrigatório em determinados casos, tal como abaixo apontado). **Se o licitante não lograr apresentar uma explicação razoável, deverá produzir-se a desclassificação de sua proposta.** Afinal, a ignorância do licitante quanto aos custos e outras informações pertinentes à execução da proposta é um forte indicativo de que a execução do contrato é incerta ou dependerá de variáveis fora do controle do licitante. "

Dessa forma, a inabilitação da licitante é medida de justiça, vez que, inexistente explicação a demonstrar os custos mínimos apresentados, que não condizem com a realidade para uma prestação efetiva e em observância as exigências do edital.


IV. CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebido o presente recurso, para o fim de que, em juízo de retratação, a Ilustre Comissão modifique seu entendimento e julgue **DECLASSIFICADA** a licitante **TAVARES E SANTOS LTDA**, sob pena de anulação do certame na via judicial.

Não havendo retratação, seja o recurso remetido à Autoridade Superior (Prefeito), a fim de que essa lhe dê provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Triunfo, 27 de junho de 2019.



M&F SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO EIRELI EPP
GABRIEL SOUZA PEIXOTO